

Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento

Este número de Ciência e Saúde Coletiva traz duas inovações. A primeira, bem visível ao leitor, consiste numa mudança de formatação editorial e gráfica visando a colocar a revista num padrão semelhante aos melhores veículos de divulgação científica nacionais e internacionais. A segunda diz respeito à decisão do Conselho Editorial de transformá-la num instrumento de discussão de temas relevantes e atuais do campo da Saúde Coletiva. “Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento” é hoje um desses assuntos de debate necessário seja pelo que significa para o campo teórico e metodológico, seja pela sua importância crucial nas práticas intersetoriais de intervenção nos processos de saúde e doença.

Todo o debate sobre o tema *ambiente* parte de dois pressupostos básicos: o primeiro e a essencialidade da relação ser humano-natureza; o segundo, derivado dessa relação, é de que o conceito de ambiente, tal como o entendemos, é construído pela ação humana, e dessa forma pode ser repensado, reconstruído e modificado, tendo em vista nossa responsabilidade presente e futura com a existência, as condições e a qualidade de vida, não só dos seres humanos como de toda a biosfera. Portanto, a consciência da responsabilidade planetária promovida pelo novo paradigma ambiental, cujas etapas se busca delinear neste número temático, tenta superar a ideologia antropocêntrica (de domínio do ser humano sobre a natureza) presente em todas as teorias sociológicas e biomédicas anteriores, integrando-as, dialeticamente numa nova forma de ver o mundo, em busca de um desenvolvimento sustentável.

É preciso ter em mente que o conceito de *desenvolvimento sustentável* deixou de ser a palavra mágica que durante quase meio século (a partir da Segunda Guerra Mundial) embalou os planos dos países desenvolvidos e os sonhos dos subdesenvolvidos, numa visão evolucionista do progresso, numa corrida de domínio sem limites da natureza e das matérias primas, de forma desenfreada, predatória e anárquica. Hoje a palavra *desenvolvimento* parece inspirar mais problemas que solução, num mundo que conseguiu globalizar fomes continentais, conflitos étnicos, comprometimento da qualidade de vida, poluição, desemprego crescente e estrutural, violência, drogas, esgotamento de recursos naturais, ameaças a extinção de espécies e desastres ecológicos.

Vale a pena, antes de abrir este volume, ter em mente as palavras de Boaventura Santos em seu belo livro *Pelas Mãos de Alice* (pp.43s): “No final do século a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática. Esse princípio de realidade consiste na contradição crescente entre o ecossistema do planeta Terra, que é finito, e a acumulação de capital, que é tendencialmente infinita. Por outro lado, a utopia ecológica é utópica, porque a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza. É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos da natureza. É uma utopia caótica porque não tem um sujeito histórico privilegiado. Os seus protagonistas são todos os que, nas diferentes constelações de poder que constituem as práticas sociais têm consciência de que sua vida é mais condicionada pelo poder que outros exercem sobre eles do que pelo poder que exercem sobre outrem”.